

Execução do Orçamento gera críticas de senadores

No plenário, condenação à falta de critérios na liberação de verbas, cobrança de coerência dos parlamentares no trato das questões fiscais e proposta de rigor nos créditos suplementares

Hollanda pede o empenho do País no combate ao tráfico

O Brasil está sendo gravemente atingido pelos entorpecentes lícitos e ilícitos, alertou sexta-feira o senador Joel de Hollanda. Ele pediu maior empenho da sociedade no combate aos narcóticos, que causam sérios prejuízos. **Página 8**



Hollanda denuncia a falta de atenção ao problema das drogas

A falta de critérios do governo federal na liberação dos recursos do Orçamento foi criticada sexta-feira pelo senador Edison Lobão. Ademir Andrade, por sua vez, disse que o governo elabora o projeto do Orçamento sem consultar ninguém e as emendas dos senadores e dos deputados acabam sendo neutralizadas pelo Executivo.

Já o senador Odacir Soares apresentou proposta instituindo novas exigências para os projetos que visem à abertura de créditos suplementares. José Fogaça cobrou coerência dos parlamentares no trato das questões fiscais. **Páginas 4 e 5**

Jucá denuncia privilégios na Previdência

O senador Romero Jucá (RR) denunciou sexta-feira, em nome da liderança do PFL, os "acordos" que estariam sendo feitos por fundos de previdência de empresas estatais com o objetivo de assegurar privilégios a seus integrantes antes da aprovação da reforma da Previdência Social.

Ele citou notícia de que a Petrobrás pagará mensalmente R\$ 27 milhões à Petrus (fundo de pensão dos funcionários da empresa), durante 25 anos, além dos repasses normais, com



Romero Jucá

a finalidade de cobrir as pensões de empregados que nunca contribuíram para aquela instituição de previdência privada.

Jucá anunciou que envi-

ará hoje requerimento de informações à direção da Petrobrás, pedindo explicações para o caso. O senador informou que vai apresentar emenda à proposta de reforma da Previdência, quando de sua tramitação pelo Senado, visando a examinar e eventualmente revogar acordos feitos por empresas estatais e fundos de previdência no último ano, à medida que esses acordos indiquem tentativas de burlar o espírito da reforma, com a geração de direitos adquiridos indevidamente.

Abertura na telefonia provoca polêmica

Para o senador Ney Suassuna, a abertura no setor de telefonia celular vai beneficiar o consumidor. Lauro Campos, porém, diz que a medida atingirá apenas 4% da população, até o ano 2000. **Página 7**

Suplicy e Campos debatem a reforma agrária

Senadores pedem urgência para o tema, que poderá ser discutido nas comissões. Página 3

Livro de Cabral auxilia administrador

O Município e a Cidadania, obra que se destina a facilitar a participação dos administradores públicos e dos cidadãos no processo político, será lançada em breve

Está pronto e será lançado em breve o livro *O Município e a Cidadania*, que o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) organizou com a cooperação de seus assessores. A obra, segundo o senador, reúne uma seleção de textos destinados a facilitar a participação dos administradores públicos e dos cidadãos no processo político do País.

Bernardo Cabral expli-

cou que o livro inclui informações que vão desde o conceito jurídico de município até as intervenções na propriedade privada, passando por sugestões para a estruturação de uma prefeitura, suas relações intergovernamentais e a participação popular. A obra trata também da rotina administrativa, do processo legislativo, do sistema municipal de saúde e do planejamento mu-



Bernardo Cabral

nicipal.

Com o objetivo de facilitar "o exercício da plena

cidadania", Bernardo Cabral acrescentou ao trabalho outras informações úteis. Estão relacionados no livro os dispositivos constitucionais que dizem respeito aos municípios; as atribuições, organogramas e endereços dos principais órgãos do governo federal; os mais importantes programas governamentais de interesse dos municípios; e até um manual de financiamentos externos.

Suplicy se diz preocupado com ajuda da CEF ao Bamerindus

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou sua preocupação com a notícia de que o governo deseja que a Caixa Econômica Federal compre a carteira imobiliária do Bamerindus. Suplicy já apresentou requerimento convidando os presidentes do Banco Central e da CEF

para esclarecer essa operação, por entender que o Senado precisa acompanhar atentamente o episódio.

Mencionando notícia segundo a qual o senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR), principal acionista do banco, teria procurado os líderes partidários para pedir apoio a essa operação

de venda da Carteira Imobiliária, Suplicy questionou se o governo está obedecendo rigorosamente às normas da Lei nº 4.595/64, a qual dispõe que é vedado às instituições financeiras públicas concederem empréstimos ou adiantamentos desse tipo.

Suplicy ressaltou que não deseja prejudicar nenhuma

instituição financeira do País, muito menos o Bamerindus, que considera importante para o Paraná e para a região Sul, mas explicou que "é muito importante que estejamos atentos a todos os detalhes dessa operação, até para salvaguardar a comunidade depositante".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para os próximos dias

PLENÁRIO

Terça-feira (23.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Requerimento nº 686/96, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 48/96 com o PLS nº 190/95, por tratarem de matérias correlatas; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96, que trata da criação de municípios.

Quarta-feira (24.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96.

Quinta-feira (25.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Substitutivo do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; e quinto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96.

COMISSÕES

Terça-feira (23.07.96)

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação das contas do presidente da República Itamar Franco, referente ao exercício de 1993, Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Quarta-feira (24.07.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Ofício S nº 64/96 (não terminativo), encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier (RS), para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 344.366,18, no âmbito do programa Pró-Moradia, destinada a execução de projetos de moradia para população de baixa renda; *Mensagem nº 189/96 (não terminativo), solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 350 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação e Desestatização da Rede Ferroviária Federal; e *PLC nº 2/96 (não terminativo), que altera a redação do parágrafo 1º do art. 52 da Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências.

Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: A ser definida. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Júlio Campos pede urgência para a reforma agrária

Para senador, redistribuição da propriedade não deve ter interlocutores exclusivos, nem precisa ser sinônimo de violência

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não pode continuar "a assistir passivamente às seguidas demonstrações de violência e às flagrantes transgressões da lei praticadas pelos sem-terra, que se apresentam como vítimas de uma sociedade injusta".

O alerta foi dado sexta-feira, em plenário, pelo senador Júlio Campos (PFL-MT).

É fundamental que o governo atribua à reforma agrária a urgência e a seriedade que o assunto merece. Mas também é fundamental que a redistribuição da propriedade não possa interlocutores exclusivos,



Júlio Campos

nem seja sinônimo de violência no campo - recomendou.

Salientando que o governo é o proprietário das chamadas áreas devolutas, Júlio Campos observou que "o problema é fazer a correta distribuição e assegurar que não haja especulação com o estoque de terras disponíveis". Para tanto, disse que "é necessário ter uma política muito clara, para que se possa fazer uma distribuição equitativa da propriedade".

Júlio Campos entende que, ao contrário de um processo sereno e transparente, o Mo-

vimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra estaria tentando resolver a questão da reforma agrária na base da violência. E lembrou, a propósito, "os lamentáveis acontecimentos de Buriticupu, no Maranhão, e da recente invasão da sede do Incra, em Brasília".

Já disse e reafirmo que a reforma agrária é necessária e, quanto mais rápido for feita, melhor será, mas o interlocutor privilegiado do governo não pode ser o Movimento dos Sem-Terra. Esse movimento tem outros objetivos, incompatíveis com a vigência do estado de direito, já que se completariam com a subversão da lei e da ordem por meios violentos - disse.



Eduardo Suplicy

Suplicy defende amplo debate sobre a terra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou sexta-feira que vai apresentar, nesta semana, requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, reunida com outras comissões da Casa, promova um amplo debate sobre as dificuldades que o País enfrenta para executar a reforma agrária. Ele pretende convidar para esse debate representantes de todas as partes interessadas no assunto, como os líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), os ministros da Reforma Agrária e da Agricultura, e os presidentes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), da CNA (Confederação Nacional de Agricultura) e da Sociedade Rural Brasileira.

Suplicy deseja que o debate seja iniciado já em agosto e que, nesse evento, o Senado possa chegar a conclusões definitivas a respeito da distribuição da terra e das riquezas provenientes do usufruto da terra no Brasil. Em sua opinião, o País não agüenta mais esperar por uma política que seja capaz de reduzir a miséria no campo mediante a regulamentação fundiária.

Utilização dos recursos gera polêmica

Em seu discurso sobre a questão agrária, Júlio Campos foi apartado pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Jucá disse que para resolver o problema fundiário no País é preciso que haja vontade política. O senador afirmou ser fundamental que exista instrumento operacional para evitar "manipulação política e financeira" com os recursos destinados a programas do setor, como o Prosera (Programa de Assentamentos da Reforma Agrária), por exemplo, que estaria distribuindo dinheiro para quem não precisa.

Ao comentar o aparte de Jucá, o senador Júlio Campos disse que precisa haver uma "devassa" no Prosera. De acordo com Campos, por

causa da distribuição equivocada de recursos do referido programa, a situação em seu estado, Mato Grosso, "está ficando explosiva e poderá chegar à calamidade pública". Segundo o senador, "a corrupção generalizou-se na reforma agrária, e a indústria da desapropriação já tomou conta do País e do Incra precisa ficar atento".

A superintendência do Incra no Mato Grosso, em vez de dar o dinheiro diretamente ao assentado para a necessária infra-estrutura de sua terra, está adquirindo, por exemplo, uma vaca por R\$ 250 reais, quando o preço de mercado é R\$ 130 reais - assinalou Júlio Campos.

Ney Suassuna, por sua vez, também manifestou-se favorável a uma "rápida e

imediata" solução para a questão fundiária, mas sob orientação do governo, e não por meio de violência. "É preciso que governo e Forças Armadas estejam atentos, pois, do contrário, daqui a pouco teremos uma guerra civil".

Já Eduardo Suplicy classificou de "pacífica" a ação do Movimento Sem-Terra que, conforme observou, tem feito "ocupação simbólica" das terras enquanto procura e aguarda "diálogo" com as autoridades. Júlio Campos apoiou a sugestão do senador paulista para que o Senado Federal promova um debate com a participação dos sem-terra e autoridades do setor, em busca de alternativas para a política fundiária do País.

Lobão vê falta de critério do governo na liberação de verbas

Enquanto metrô recebem 2 bilhões de reais, é negada às rodovias do Maranhão a quantia de 8 milhões, reclama senador



José Ignácio

Evento católico no Espírito Santo entusiasma Ignácio

A recente realização do 13º Congresso Eucarístico Nacional, em Vitória (ES), foi lembrada pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que ressaltou o brilhantismo do evento organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e executado pelo clero capixaba, sob a liderança do arcebispo metropolitano de Vitória dom Silvestre Scandian.

Segundo José Ignácio, cerca de 100 mil fiéis, vindos do interior do estado e de várias partes do Brasil, estiveram presentes ao conclave, "num processo participativo que mereceu elogios por parte do representante oficial do papa João Paulo II, dom Carlo Furno, que se declarou surpreso com o número de participantes nos eventos do congresso", garantiu o senador.

- Confirmando a doutrina de que a Igreja está cada vez mais voltada para os problemas sociais; foram debatidos, durante o conclave, vários temas ligados ao assunto, entre eles a questão fundiária, a má distribuição da riqueza e a discriminação racial no País - disse José Ignácio. Ele destacou, também, a celebração de três missas que, sob ritos orientais, "levaram grande alegria" às colônias libanesa maronita, grega melquita e armênia.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) protestou sexta-feira contra o que considera falta de critério do governo federal para liberação de recursos. Ele citou como exemplo a recente liberação de R\$ 2 bilhões para obras dos metrô de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que foram cortados R\$ 8 milhões reservados para rodovias do Maranhão.

Mesmo considerando-se um defensor das teses do governo, Lobão disse que não podia deixar de estranhar alguns dos seus procedimentos administrativos. O BNDES vai financiar as obras dos três metrô, e, no entanto, quando algum estado do Nordeste solicita re-



Edison Lobão

curso, a título de contrapartida, para receber empréstimos já contratados no exterior, a resposta é que não existem créditos para esse fim, acrescentou.

Edison Lobão propôs ao governo a criação de linhas de crédito e financiamento subsidiado para o Nordeste, sob pena, conforme disse, de se aprofundarem os desníveis regionais. "Não é possível tratar os estados brasileiros com dois pesos e duas medidas. O governo só tem olhos para os estados do Sul e do Sudeste", afirmou.

Ademir cobra recursos para estradas do Pará

Ademir cobra recursos para estradas do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu sexta-feira maior participação do Congresso na elaboração da proposta orçamentária, afirmando que, atualmente, o governo faz o projeto de lei de orçamento sem consultar ninguém e que as emendas dos senadores e dos deputados acabam sendo neutralizadas pelo Executivo.

Ademir criticou a forma como as verbas do Orçamento estão sendo destinadas para a construção de rodovias no Pará. Ele disse que no mês de outubro de 1995 foram aprovados R\$ 8 milhões para o asfaltamento da rodovia Santarém-Cuiabá, mas até hoje a verba não chegou ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) no estado. O senador informou que, em

parar com os presidentes das Federações da Indústria do Pará e de Mato Grosso, na última quarta-feira, foi exibido um vídeo em que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumia como promessa de campanha assaltar aquela rodovia.

- Esta não é uma simples estrada. Ela muda completamente a economia na região, criando um novo eixo

para a exportação brasileira - afirmou o senador, lembrando que o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, virá brevemente ao Senado para explicar o Orçamento para o próximo ano. "Antes que o Orçamento chegue pronto, quero ouvir os compromissos do governo para nossa região", disse.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a Comissão de Obras Inacabadas relacionou mais de 2 mil projetos paralisados no País e sugeriu ao Presidente destinar verbas para sua conclusão. "Aprovamos as emendas do Orçamento para as obras inacabadas. Agora estão cortando essas verbas. Não posso aceitar essa situação e deixar de ser solidário com essa questão", acentuou ele.



Ademir Andrade

Odacir quer mais informações para aberturas de crédito

Senador argumenta que não existem regras na justificação dos pedidos e quase sempre o Congresso Nacional recebe subsídios insuficientes para o julgamento pelo parlamentar

Wilson exalta esforço do TCU na globalização

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) congratulou sexta-feira o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio dos ministros Marcos Vilela e Felipe Lampreia, "pelos importantes e clarividentes empreendimentos" que vêm desenvolvendo em prol das comunidades do Brasil e da América Latina, e especialmente dos povos dos países integrantes do Mercosul.

Carlos Wilson destacou o esforço empreendido pelo TCU visando ao intercâmbio de experiências entre as entidades superiores de fiscalização dos países que compõem esse mercado comum. "É um trabalho que concretiza o processo



Wilson

de estreitamento das relações institucionais entre essas entidades e prepara para a convivência dos mercados e dos respectivos povos desses países vizinhos", afirmou.

O senador lembrou a resolução que, aprovada pelo TCU em dezembro de 1991, criou a Comissão Permanente na Corte de Contas para acompanhar a implantação e a operacionalização do Mercosul, o que, assinalou, demonstra que a sensibilidade e a preocupação do TCU vêm de longa data.

O senador disse que a criação da Comissão Permanente "vem propiciando desde então contatos seguidos com personalidades dos Tribunais de Contas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Os projetos de lei que visem à abertura de créditos suplementares ou especiais deverão conter informações pormenorizadas acerca das circunstâncias, das repercussões e das necessidades que justifiquem a solicitação, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO). O senador pretende, ainda, que nos casos de abertura de crédito extraordinário o Poder Executivo inclua, no ato que enviar ao Congresso Nacional, informações que justifiquem a urgência e a imprevisibilidade da despesa, mesmo quando se tratar de medida provisória.

- Como não existem regras que disciplinem o oferecimen-



Odacir Soares

to de informações nas solicitações para abertura de créditos, os projetos que aportam ao Congresso Nacional vêm substituídos do mínimo de esclarecimento que possibilite a formação de juízo de valor quanto ao seu mérito - disse Odacir Soares, explicando que as exposições de motivos, via de

regra, nada esclarecem e, por isso, ocorre de o Congresso aprovar pedidos sem o conhecimento das reais necessidades da administração e das consequências daí advindas.

EXIGÊNCIAS

Entre as novas exigências estão as razões que determinaram a insuficiência da dotação a ser suplementada ou a omissão da categoria de programação na lei orçamentária anual; o estágio da execução e metas já alcançadas nas categorias de programação indicadas como fonte de cancelamento; razões que tornaram desnecessários os créditos indicados como fonte de cancelamento e a explicação das metas a serem alcançadas e dos custos.

Fogaça cobra coerência parlamentar no trato com as questões fiscais

O senador José Fogaça (PMDB-RS) criticou a "incoerência" dos políticos que "num dia aprovam isenções fiscais de bilhões de reais e no outro pedem privilégios para devedores do Estado e mais subsídios", além de bloquearem o avanço de reformas fundamentais para dar mais eficiência ao setor estatal e promover o equilíbrio das verbas públicas.

Fogaça elogiou a capacidade de trabalho demonstrada pelo Senado durante o atual período de convocação extraordinária, enfatizando a votação de matérias como o novo Código de Trânsito, a abertura do setor de telefonia celular para os investimentos privados e a concessão de isenções fiscais

para as micro e pequenas empresas brasileiras.

Na avaliação do senador gaúcho, os projetos que prevêem isenções tributárias e facilidades de registro e administração para as micro (faturamento anual até R\$ 204 mil) e empresas de pequeno porte (faturamento anual até R\$ 506 mil) representam um símbolo na



José Fogaça

brança de coerência dos políticos no trato dos recursos públicos.

Estimativas do governo, acrescentou Fogaça, indicam, em benefício do setor, uma renúncia fiscal possível da ordem de R\$ 4,5 bilhões, e um prazo entre cinco e seis anos para que esses recursos retornem ao setor público, a partir da alavancagem de novos empregos, maior consumo

e multiplicação de empresas, em função dos estímulos atualmente concedidos. A iniciativa, comparou o senador, praticamente "se equivale ao acréscimo de faturamento que deverá ser gerado com a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), estimada entre R\$ 5,5 e R\$ 6 bilhões".

Em apoio, Edison Lobão (PFL-MA) criticou esse "mau-hábito" de alguns políticos brasileiros, mas discordou da avaliação de que a renúncia fiscal embutida no apoio às micro e pequenas empresas chegue a R\$ 4,5 bilhões. Também apontando, Romero Jucá (PFL-RR) previu que a renúncia fiscal trará prejuízos particularmente graves para os estados e municípios, por seus reflexos nos cálculos dos repasses por conta dos fundos de participação. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apartou Fogaça para discordar da avaliação sobre os prejuízos dessas medidas sobre a arrecadação tributária.

Parga: Projetos das micro podem virar lei já

Relator das propostas que beneficiam as pequenas e microempresas, senador acredita que até início de agosto elas estejam aprovadas pela Câmara dos Deputados

O senador Bello Parga (PFL-MA) disse esperar que até o início de agosto os dois projetos do Senado que estabelecem medidas em benefício das microempresas e das empresas de pequeno porte já estejam aprovados pela Câmara dos Deputados, para serem remetidos à sanção do presidente da República.

Bello Parga foi o relator das duas proposições na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), que as aprovou, em caráter terminativo, na última quarta-feira (dia 17). De iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP), um dos projetos cria o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; o outro fixa um regime tributário para essas organizações. Com a de-

cisão terminativa da CAE, as matérias deverão seguir diretamente para deliberação da Câmara, se não houver recurso ao plenário do Senado.

O relator estima que, com a adoção do novo estatuto e do regime tributário especial, 4 milhões de micro e pequenas empresas poderão ser beneficiadas em todo o País, muitas delas deixando o mercado informal e tornando-se agentes produtivos legalizados, com benefícios para a geração de empregos e para o sistema previdenciário.

Para Bello Parga, a redução de receita que provocará a isenção tributária em favor daquele segmento empresarial, nos primeiros meses de vigência da medida, será compensada posteriormente, com



Bello Parga

o aumento do número de contribuintes. "Nós temos, contudo, de atentar para o aspecto social, que não é quantificável, mas que é da maior importância para o desenvolvi-

mento do País e para propiciar melhores condições de vida a amplos contingentes populacionais", observou.

O fato de os profissionais liberais continuarem sem poder se registrar como microempresa, conforme o relatório de Bello Parga, não significa, na avaliação do senador, prejuízo para essa camada da população. "São coisas diferentes. Esses profissionais não vão poder se constituir como microempresários. E isso não é ruim, isso é bom, porque assim nós mantemos fora, para eles, as obrigações fiscais às quais eles certamente fugiriam se fossem considerados como microempresas. Eles não vão ser prejudicados absolutamente em nada", garantiu.

Valmir defende valorização da pequena empresa

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou que valorizar as empresas de pequeno porte significa fortalecer a própria democracia. Desta forma, argumentou, "estaremos incentivando o desenvolvimento e criando condições para a necessária distribuição de renda neste país".

Valmir destacou, a propósito, a aprovação, pelo Senado, dos dois projetos de iniciativa do senador José Sarney fixando um regime tributário para o setor e criando o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Afirmando que os dois projetos "não são favores", ele observou que "os milhões de brasileiros dependentes das atividades econômicas das pequenas



Valmir Campelo

e microempresas merecem ser tratados com respeito pelos poderes públicos, porque representam a verdadeira base social da nossa economia".

Segundo Valmir Campelo, em países como a Alemanha e o Japão é notável a participação das pequenas empresas na melhoria da distribuição de renda, na promoção

crescente dos municípios, na redução da inflação, no aumento das oportunidades de acesso ao mercado e na introdução de uma ética nas relações econômicas, que tem como resultado a disseminação da competitividade, da produtividade e também da justiça social.

O senador disse que a "mentalidade fiscalista do Estado brasileiro tem sufocado o potencial criador desse importante setor da economia nacional". Impor a uma empresa familiar as mesmas regras e exigências que vigoram para as empresas de grande porte é condenar um segmento vital da economia à marginalidade, além de dificultar a retomada do desenvolvimento da economia nacional, frisou.

Jucá teme onda de violência em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) advertiu sexta-feira que a proximidade das eleições municipais está fazendo surgir uma onda de violência em Roraima que, se não for contida, pode terminar em tragédia. Disse ter conhecimento de que pessoas ligadas ao governador do estado estariam contratando pistoleiros para intimidar adversários políticos.

Ele anunciou que irá ao ministro da Justiça, para pedir o fortalecimento do efetivo da Polícia Federal no seu estado, diante das ameaças que estariam sofrendo os parentes e aliados políticos dos candidatos de oposição. Jucá disse esperar providências do governo federal para que a democracia chegue a Roraima e "possa permitir o exercício do voto livre, soberano e libertador".

Celular ficará melhor, garante Suassuna

Senador prevê que investimentos de R\$ 5 bilhões na infra-estrutura de telefonia celular ampliarão a oferta e lembra que o objetivo é fazer com que a linha nada custe ao usuário

A reforma do Estado teve importante avanço com a abertura da telefonia celular à participação de empresas privadas, afirmou sexta-feira o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Para ele, o consumidor é quem sairá ganhando com a medida. Suassuna afirmou que investimentos iniciais da ordem de R\$ 5 bilhões na infra-estrutura de telefonia celular reduzirão a pressão da demanda e representarão melhor qualidade dos serviços.

O senador explicou que será aberta a Banda B, com tecnologia digital, mais moderna que a atual Banda A, que atende precariamente a 2,2 milhões

de usuários. O objetivo é alcançar o patamar dos países desenvolvidos, em que a linha telefônica não custa nada, cabendo ao usuário pagar a assinatura pela utilização do serviço, disse.

Ney Suassuna observou que em um ano e meio serão privatizadas também as telefônicas estaduais, que exploram a Banda A, com equipamentos obsoletos e funcionários despreparados nas novas tecnologias e no atendimento empresarial. A concorrência entre as duas bandas certamente trará benefícios aos usuários, ressaltou.

Em aparte, o senador Totó



Ney Suassuna

Cavalcante (PPB-TO) considerou que o Brasil parece realizar avanços do "meio para o fim, deixando ao léu serviços já instalados". Ele re-

feriu-se ao satélite meteorológico mantido pelo Centro Aeroespacial Brasileiro, cuja vida útil encerra-se em janeiro do próximo ano e já tem substituto tecnologicamente avançado, mas, salientou, não há recursos orçamentários para fazer seu lançamento espacial.

O senador Lauro Campos (PT-DF) lamentou não compartilhar o entusiasmo de Suassuna, afirmando que pequena parcela da população brasileira será beneficiada pelos investimentos na telefonia celular. "Precisamos deixar de legislar para tão pouca gente", disse.

Cacoal presta homenagem a Odacir Soares

O senador Odacir Soares (PFL-RO) agradeceu as homenagens que lhe foram prestadas pela Câmara Municipal de Cacoal, em Rondônia, por iniciativa dos vereadores Athos Arimathéia Arcaño e Ademar Margoto. O senador entende que as congratulações recebidas por sua atuação em prol dos interesses do Brasil e do estado, tanto no País como no exterior, resultam do seu esforço "por captar os anseios da comunidade e de, em nome dela, interpretá-los, debatê-los e defendê-los em qualquer instância onde estejam em jogo".

Obter o reconhecimento público ou colher aplausos pelos serviços prestados à comunidade não constituem, segundo Odacir Soares, os objetivos maiores dos que exercem verdadeira liderança política. Mas quando manifestações espontâneas ocorrem, "não há político que não se renda à emoção de ver-se gratificado pelo aplauso daqueles aos quais consagra os melhores esforços de sua faina política".

Lauro Campos diz que apenas 4% da população será atingida

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou sexta-feira as celebrações decorrentes da aprovação da lei que privatiza os serviços de telefonia celular, dizendo que essa iniciativa beneficiará apenas 4% da população brasileira, até o ano 2000. "Estamos legislando para 4% da população e deixando sem telefone os outros milhões de caipiras", disse o senador, afirmando que uma economia dependente, hospedeira e subjugada como a brasileira "sofre um processo contínuo de dominação, manifestado até de forma psicológica".

Ele explicou que só 7,2% da população brasileira tem acesso hoje ao telefone e que, ao permitir a entrada de capital estrangeiro, o País não deve achar que vai conduzir esse processo. "Os interesses deles é que vão comandar esses investimentos. Os americanos não vieram

para cá fazer geladeira e televisão para tomarmos água gelada e nos entreter, mas para ter lucro", assinalou. Como nos anos 50, Lauro Campos entende que os investidores não trarão um centavo capaz de compensar o sucateamento da indústria nacional propiciado por sua presença no País.

Nesse processo de encantamento que os bens de consumo estrangeiros provocam no brasileiro, Lauro Campos disse que se configura uma relação nitidamente sadomasoquista, em que os explorados passam a gostar de ser explorados, "a admirar e até a gostar dos seus exploradores, a reverenciar a exploração". O senador lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, que no passado escreveu sobre essa política de dominação, esteja agora defendendo as idéias do liberalismo.

- Esse liberalismo é uma política adequada aos países dominantes e ricos, mas é equi-



Lauro Campos

vocada quando aplicada aos países da periferia - advertiu. Ele indagou como um governo que gasta US\$ 2 trilhões por ano, como os Estados Unidos, pode se dizer ausente da economia, como consagra a teoria liberal. E sustentou que o liberalismo é apenas uma novidade para exportação, destinada a enganar países periféricos.

Drogas lícitas e ilícitas ameaçam País, diz Hollanda

Senador acha que o Brasil pode fazer mais no combate ao tráfico de narcóticos e aponta outro grande problema de saúde: 15 milhões de brasileiros são hoje dependentes de álcool



Totó Cavalcante

Cavalcante quer assinatura de PPIs este mês

Os acordos de Promoção e Proteção dos Investimentos (PPIs) dão garantias a investidores estrangeiros sobre aplicações produtivas no Brasil e, portanto, têm influência direta na geração de empregos em variados setores econômicos, afirmou sexta-feira o senador Totó Cavalcante (PPB-TO). Ele espera que, ainda durante a convocação extraordinária, Senado e Câmara deliberem sobre os PPIs em exame nas duas Casas.

Cavalcante observou que, em todo o mundo, já foram assinados mais de 900 PPIs. A China, disse ele, "recebeu no ano passado mais de 90 bilhões de dólares, resultantes de PPIs assinados com 80 países". No Brasil, comparou, apesar da ampliação dos investimentos externos previstos de 10 bilhões de dólares em 1997, as aplicações ainda são modestas. O senador informou que tramitam na Câmara cinco PPIs e que a CRE do Senado aprovou 93 acordos no ano passado.

"O dinheiro das drogas movimenta atualmente no mundo cerca de US\$ 300 bilhões de dólares anuais", disse sexta-feira, em plenário, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), ao alertar que o Brasil está sendo gravemente atingido pelos entorpecentes lícitos e ilícitos. No campo das drogas lícitas, ele informou que o País tem 15 milhões de dependentes de álcool. E, citando dados do Ministério da Saúde, observou que o Brasil gastou, só em 1994, mais de R\$ 53 milhões no tratamento de dependentes de bebidas alcoólicas e de drogas. Ele lamentou que o País não se empenhe mais no com-

bate aos narcóticos.

Conforme Hollanda, a indústria das drogas constitui no momento um dos maiores negócios do século, perdendo apenas para o comércio internacional de armas. Ele também explicou que os países produtores de entorpecentes nem sempre são os beneficiários da venda das drogas, visto que ficam com apenas 6 ou 8% do dinheiro. Enquanto isso, "os países consumidores, ponto de destino do tráfico, chegam a ter um ganho de 50% a 65% do total movimentado por essa indústria".

Joel de Hollanda disse que nenhum país está dispensado

de mobilizar-se no combate aos entorpecentes, daí por que é tão importante uma iniciativa como a que resultou na criação do Dia Internacional de Combate às Drogas. Ele também lamentou que, desde a década de 80, o Brasil esteja no contexto da economia mundial dos narcóticos, sendo hoje o território de passagem da droga proveniente da Colômbia e da Bolívia destinada à Europa e Estados Unidos. E alertou para o fato de que os entorpecentes atingem sobretudo a juventude, que não possui ainda maturidade para fazer opções existenciais definitivas.

Valadares destaca ação do BNB em favor do Nordeste

As estratégias e arrojadas iniciativas desenvolvidas pelo Banco do Nordeste (BNB) dão a certeza de que essa instituição financeira continuará desempenhando com eficácia e dinamismo o seu papel de propulsor do desenvolvimento regional. A opinião é do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que cumprimentou os dirigentes e funcionários do BNB pelo transcurso do 44º aniversário de fundação do banco.

- Não é por acaso que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem dito que o Banco do Nordeste é uma experi-

ência altamente exitosa no que concerne a gerar renda e empregos a baixo custo - afirmou Valadares, destacando que, este ano, o banco injetará na economia da região cerca de US\$ 2,5 bilhões, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes.

Para dar a idéia de grandeza dessa cifra, o senador lembrou que, ao longo dos seus primeiros 43 anos de funcionamento, o BNB investiu apenas R\$ 4,4 bilhões. "Grande parte da conquista agora alcançada se deve à atual administração, comandada pelo cearense



Antonio Carlos Valadares

Byron Queiroz", garantiu Antonio Carlos Valadares, que ressaltou a perfeita sintonia existente entre a administração do banco e os representantes do Nordeste no Congresso Nacional, com vistas ao progresso da região.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lima, Edison de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Azevedo e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal